
Social Sustainability and Family Relations

Sustentabilidade Social e Relações Familiares

Received: 2023-01-11 | Accepted: 2023-02-12 | Published: 2023-03-03

Ana Barreiros de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3778-5465>

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Brasil

E-mail: abc@uefs.br

Giancarlo Petrini

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8650-2516>

Universidade Católica do Salvador - UCSal, Brasil

E-mail: jcpetrini@terra.com.br

Laise da Cruz Macena

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3505-2041>

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Brasil

E-mail: laisacruz.fsa@gmail.com

Caislana Raila de Oliveira Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1528-1661>

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Brasil

E-mail: caislanaraila@gmail.com

ABSTRACT

As a result of the theme of social sustainability and family relationships and the extension of the sustainability and development categories, a need was perceived to investigate the importance of the family in contributing to a more cooperative and solidary sociability, more capable of promoting peace and dialogue and sustainable development. This article aims to identify which characteristics of family relationships favor social sustainability, establishing a connection between the contributions of family relationships and sustainable development. We will adopt a qualitative and interdisciplinary approach, through an exploratory bibliographic survey in books, reports, government websites and academic articles from Google Scholar, Scielo, Capes and Research Gate journals, which allowed us to consider that the family is the place where they are trained. the attitudes necessary for coexistence to be more humanized and sociability more proactive, characterized by cooperation and solidarity among its members, characteristics necessary for sustainable social development.

Keywords: Family; Development; Sustainability; Relations; Sociability

RESUMO

Em decorrência do tema sustentabilidade social e relações familiares e da extensão das categorias de sustentabilidade e de desenvolvimento, foi percebida uma necessidade de investigação da importância da família na contribuição de uma sociabilidade mais cooperativa e solidária, mais capacitada para promover a paz e o diálogo e o desenvolvimento sustentável. Este artigo visa identificar quais as características das relações familiares que favorecem a sustentabilidade social, estabelecendo uma conexão entre as contribuições das relações familiares e o desenvolvimento sustentável. Adotaremos uma abordagem

qualitativa e interdisciplinar, através de um levantamento bibliográfico exploratório em livros, relatórios, sites governamentais e artigos acadêmicos oriundos do Google Acadêmico, do Scielo, periódicos da Capes e Research Gate, que permitiu considerar que a família é o lugar onde são treinadas as atitudes necessárias para que a convivência seja mais humanizada e a sociabilidade mais proativa, caracterizadas pela cooperação e pela solidariedade entre seus membros, características necessárias ao desenvolvimento social sustentável.

Palavras-chave: Família; Desenvolvimento; Sustentabilidade; Relações; Sociabilidade

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século passado, o crescimento demográfico, especialmente dos países do assim chamados “Terceiro Mundo” passou a ser considerado como a principal ameaça ao desenvolvimento sustentável do planeta Terra. Segundo Petrini (2003), nos anos 50, o movimento para o controle da natalidade teve um forte impulso com a fundação da Federação Internacional de Planejamento Familiar- FIPF. Em 1952, John D. Rockefeller III fundou o Population Council. Em 1968, foi publicada uma obra, cujo título é revelador: *The Population Bomb* (EHRlich, 1968). Em 1972, foi publicado, por quatro pesquisadores do Massachusetts Institut of Technology, o livro “*The Limits os Growth*” Os limites do crescimento, (DONELLA, 1978) e ainda, em 1990, foi publicado “*The Population Explosion*”, (EHRlich, P.; EHRlich, H, 1990). Todas essas publicações demonstram a preocupação com o tema do crescimento populacional relacionado ao planejamento familiar.

O incremento demográfico do planeta foi considerado um dos maiores desafios do desenvolvimento sustentável com consequentes medidas drásticas para a redução da natalidade, especialmente nos países mais pobres. Nesse sentido, é significativo o “Relatório Kissinger”, ou Memorandum 200, apresentado à Casa Branca em 1974, com um título que dispensa qualquer comentário: “Implicações do crescimento da população mundial para a segurança dos Estados Unidos e seus interesses além mar” (PETRINI, 2003, 135-136).

Esse contexto era dominado por emoções e pelo medo dos países mais ricos de ter que enfrentar revoluções e terem seus interesses econômicos ameaçados pelo crescimento demográfico que era definido como “descontrolado.” As elevadas taxas de natalidade e a família dos países mais pobres passaram a ser alvos de medidas rigorosas, visando a redução da população mundial, com disponibilidade de verbas raramente antes vistas.

As previsões catastróficas não tinham adequados fundamentos científicos e não se realizaram. Aumentou a criatividade técnica em diversas áreas, inclusive a produtividade de alimentos e o incremento da população pode ser enfrentado de maneira mais racional, como retrata a recente publicação de Tupy e Pooley (2022) pela Cato Institue documenta.

Essa visão reducionista limita o papel que historicamente cabe à família de gerar, educar e socializar as novas gerações para sua inserção proativa no ambiente social (LUSWATA, 2012). Ao reduzir o papel da família no desenvolvimento sustentável unicamente à questão demográfica, delinea-se uma abordagem parcial e empobrecedora, que ignora a função da família tanto para o desenvolvimento e sustento dos indivíduos quanto para a sustentabilidade da sociedade e do seu desenvolvimento, com base em sua natureza.

Atualmente, apenas soluções baseadas em ciência e tecnologia, apoiadas em direito e economia, têm sido consideradas sólidas – e, portanto, sustentáveis, esquecendo-se que a família tem uma função arquitetônica a desempenhar no desenvolvimento sustentável, dos seus membros, bem como no conjunto das conexões com o ambiente social mais amplo, como um agente social tanto passivo quanto ativo. Na realidade, a família pode oferecer a única garantia de realização harmoniosa dos três pilares interdependentes do desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental. Isso também porque, como “a unidade fundamental de toda sociedade”, é “a condição para o bem-estar físico, moral, social e econômico da existência da sociedade humana” (LUSWATA, 2012, pg. 148).

De acordo com AGUIRRE et al. (2015, p. 32), “em países desenvolvidos e em desenvolvimento, foram encontradas evidências que indicam que a estrutura familiar é um fator importante no desenvolvimento do capital humano, social e moral”, sendo todos elementos significativos do crescimento econômico sustentável. Segundo os autores, a família plenamente constituída, entendida como mãe e pai em união estável, apresenta melhor desempenho econômico, mesmo considerando diferentes características familiares como escolaridade, ocupação, raça, remessas, transferências e níveis de renda, gerando assim, capital humano e social tão necessários ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, pode-se afirmar de acordo com Kaloustian (1993, p. 203) “a família responde às necessidades humanas e sociais importantes, por isso é considerada um recurso para a pessoa e para a sociedade”. Patrini e Dias (2013, p. 22) explicitam ainda mais esta dimensão da família. Afirmam eles:

A família é um recurso sem o qual a sociedade, da forma como está organizada atualmente, entraria em colapso, caso fosse obrigada a assumir tarefas que são desempenhadas de forma melhor e a custo menor, por ela. Através da proteção, da promoção, do acolhimento, da integração e das respostas que oferece às necessidades de seus membros, a família favorece o desenvolvimento da sociedade.

Este artigo visa não apenas preencher a lacuna de conhecimento acima, sobre a conexão entre as contribuições das relações familiares para o desenvolvimento sustentável, incorporando assim aqueles aspectos que foram esquecidos, mas também para provocar mais pesquisas sobre o mesmo.

Assim, este artigo apresenta uma abordagem teórica sobre a sustentabilidade social e relações familiares e como questão norteadora: Quais as características das relações familiares

que favorecem a sustentabilidade social? Para o presente estudo, tomou-se como base um levantamento bibliográfico exploratório em livros, relatórios, sites governamentais e artigos acadêmicos oriundos do Google Acadêmico, do Scielo, periódicos da Capes e Research Gate, visando investigar as características das relações familiares que facilitam a sustentabilidade social. O instrumento utilizado para análise dos dados foi a análise de conteúdo, a metodologia usada foi a qualitativa. Dessa forma, foi possível construir um fundamento que permitiu responder à questão problema deste artigo.

FAMÍLIA

A família pode ser considerada uma das instituições mais antigas que se perpetuou ao longo do tempo, é nela que o indivíduo convive as suas primeiras experiências sociais, sendo preparado para a sociedade e, por meio da família, é criada a consciência social dessas pessoas, e essa formação social é imprescindível para o resultado de como esse indivíduo vai agir quando estiver em contato com a sociedade, para desenvolver e apoiar as comunidades, de maneira consciente e sustentável. Dessa forma, Gunay e Oguz (2012), dizem que a família é o primeiro lugar para iniciar a socialização do indivíduo, é nela que ele é preparado para a comunidade, por isso, além das famílias criarem um modelo comportamental para as crianças, afetam diretamente o seu desenvolvimento enquanto crescem. Por isso, as primeiras ações consideradas como as mais importantes para melhorar significativamente o papel das famílias no desenvolvimento sustentável, têm como base a educação dos filhos.

Destarte, a família pode ser considerada como a célula social básica e através de sua história são construídos padrões de relacionamento, metodologias de funcionamento social, que são perpassados às próximas gerações, possibilitando a construção de laços sociais (MOREIRA, 2016).

Nesse contexto, as ações dos membros das famílias, sejam elas positivas ou negativas, impactam diretamente no resultado a curto e longo prazo da sociedade. Por essa razão, torna-se cada vez mais evidente, que o futuro das gerações depende, principalmente, da capacidade dos indivíduos de desenvolverem ações positivas para conseguirem garantir uma vida produtiva, significativa e sustentada pela construção de uma consciência social. Por isso, a família tem um papel importante a exercer no que diz respeito à melhoria e manutenção do desenvolvimento social sustentável (GUNAY e OGUZ, 2012).

Ademais, “por meio das relações familiares são aprendidos virtudes, valores, critérios e são treinadas as atitudes necessárias para que a convivência social seja mais civilizada” (MOREIRA e PETRINI, 2020, p. 29). Então, a família representa uma figura muito relevante na construção e aprimoramento das relações entre indivíduos na sociedade, e essas relações devem ser embasadas em aspectos voltados para os bens fundamentais para o convívio social. Dessa

forma, “é preciso uma maior atenção para com o bem que a família representa, assumindo uma postura promocional em relação a ela, a fim de garantir a geração de bens fundamentais para a convivência social” (MOREIRA e PETRINI, 2020, p. 113).

Desde a antiguidade a família sempre representou a base da sociedade e, como tal, mereceu atenção das políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento social. Para Carvalho (2016), verifica-se, no decorrer dos últimos anos, que o conceito de família vem sofrendo profundas alterações e, como principal mudança nota-se a desconstrução do poder paterno, pois, desde a antiguidade até a modernidade, o poder paterno era tido como natural e irrestrito. Podemos notar a evolução desse pensamento ao analisarmos as ideias da era da Antiguidade em Aristóteles (2003, p.18), “os animais são machos e fêmeas. É mais perfeito o macho, e dirige; o é menos a fêmea, e obedece. Essa lei é aplicada naturalmente a todos os homens” e continua ele: “de modo natural, o homem é mais destinado a mandar do que a mulher (excluindo-se, por certo, as exceções contra a natureza), assim como o ser mais idoso e mais perfeito deve ter autoridade sobre o ser incompleto e mais jovem” (ARISTÓTELES, 2003, p.31). Finalmente, essa mentalidade antiga que legitimou a submissão da mulher por séculos e séculos consecutivos, está sendo superada mesmo que em algumas regiões ainda se apresente profundamente arraigada.

Considerando-se a família um grupo de pessoas, ela se enquadra na definição trazida por Olmsted (1963, p.10) em seu clássico livro “o pequeno grupo”, pois, para esse autor, “podemos entender melhor a situação atual do estudo dos grupos pequenos se nos referirmos às linhas tradicionais de se encarar esse fenômeno. Designamos como a tradição “externa” ou “sociológica” e a tradição “interna” ou “psicológica””. Para a tradição externa os grupos são concebidos como valiosos porque são as pedras angulares, digamos assim, da sociedade, a qual é o objeto final do estudo. O grupo é analisado dessa forma como a célula do organismo social. A maior preocupação não são as operações internas dessa célula, e sim suas características básicas e suas funções dentro de unidades sociais mais amplas. Podemos dizer que os representantes dessa corrente de pensamento vêem as sociedades como grupos, diferentemente da tradição psicológica que vê os grupos como sociedades.

Em meados do século passado, a família foi considerada como um grupo primário (OLMSTEAD, 1963). Esse autor traz o conceito de grupo primário através dos escritos do sociólogo americano Charles H. Cooley, em algumas das citações mais conhecidas de sua obra “Organização Social” (OLMSTED, 1963). Para ele, no grupo primário os membros estão ligados uns aos outros por laços emocionais calorosos, íntimos e “pessoais”; possuem uma solidariedade inconsciente baseada mais nos sentimentos que no cálculo. Tais grupos pertencem geralmente a uma classe de grupos pequenos, de contato direto, espontâneos em sua conduta interpessoal e orientados não necessariamente de forma explícita para fins mútuos ou comuns. Os grupos de amigos, a gangue e especialmente a família se encontram entre os exemplos de grupos primários citados por esse autor. Os grupos secundários são mais numerosos e os membros têm entre eles

apenas contatos intermitentes, muitas vezes indiretamente através de meios escritos muito mais que pelos meios orais. Os exemplos se estendem desde as associações profissionais – passando pelas grandes corporações burocráticas – até o Estado nacional mesmo.

Esta visão enfatiza aspectos relevantes da família, como o fato de ser constituída por relações presenciais, no horizonte da cultura oral, que mobiliza os cinco sentidos, dando origem a relacionamentos que tendem a envolver cada pessoa na sua totalidade, gerando confiança e cooperação, que caracterizam a vida familiar, bem como conflitos que, no século passado eram considerados parte integrante da vida familiar, motivos para reafirmar a confiança e a cooperação entre os seus membros. Mas, depois das grandes mudanças na cultura da família e na legislação a ela relativa, em época mais recente, os conflitos internos encontram mais dificuldades para serem reabsorvidos no contexto da instituição familiar, com maiores probabilidades de terem, como desfecho, o dissolvimento dos vínculos.

Por outro lado, a própria definição de grupo primário não consegue delinear o que é específico da família, de fato, a classificação de grupo primário inclui também a gangue e o grupo de amigos, etc. Dar uma definição de família que não distingue as qualidades específicas das relações familiares, quando são comparadas às relações de um grupo de amigos ou de uma gangue não representa uma grande contribuição ao conhecimento.

AS RELAÇÕES FAMILIARES

A perspectiva do curso de vida chama a atenção para a importância das relações interpessoais, ou da interdependência dentro dos relacionamentos, ao longo do curso de vida (ÉLDER, JOHNSON, CROSNÖE, 2003). As conexões familiares podem fornecer um maior senso de significado e propósito, bem como recursos sociais e recursos tangíveis que beneficiam o bem-estar. Dessa forma, a qualidade das relações familiares, incluindo apoio social e tensão, pode influenciar o bem estar através de vias psicossociais, comportamentais e fisiológicas.

Pierpaolo Donati (2008), define a família pela existência de reciprocidade entre sexos e gerações com todas as expectativas que derivam disso, que incluem a capacidade de sustentar a relação mútua entre os parceiros e entre gerações, a capacidade de gerar vida e a capacidade de educar ou socializar e assumir a responsabilidade pelas crianças. Segundo Thomas e Liu (2017, 157), “Donati considera os seguintes quatro elementos para conferir integralmente à família sua identidade específica sui generis: o dom, a reciprocidade, a generatividade e a sexualidade. Ele se refere a esses quatro elementos como o ‘genoma da família’”.

Para Donati (2008, p.54),

recentemente, diante de uma crescente individualização e pluralização das formas familiares no ocidente, as características distintas da família voltaram a mergulhar numa névoa. A principal tendência emergente é aquela, não certamente nova na história, mas hoje justificada com aparente plausibilidade,

de confundir a família com um genérico grupo social primário. Passa então a ser definida como convivência cotidiana entre pessoas que compartilham características de simples “familiaridade” (GUBRIUM E HOLISTEIN, 1990) ou de amor, em relação a uma “comum problematização do mundo” (LUHMANN, 1982). Mas dessa maneira acaba-se definindo a família de modo tautológico (torna-se tudo que é “estar ou sentir-se juntos”), e isto remove o sentido, as estruturas e as funções próprias dessa específica forma social (como sociedade natural fundada sobre o matrimônio).

A reciprocidade envolvida em uma relação, decorre, segundo Michaelis (2022), ao ato ou efeito de relacionar-se, a capacidade de interagir com as pessoas, o relacionamento significa a ligação afetiva, profissional ou de amizade entre pessoas que se unem com os mesmos objetivos e interesses. Todo tipo de relacionamento envolve convivência, comunicação e atitudes que devem ser recíprocas. Quando uma das partes não desenvolve os atributos necessários para uma boa convivência, o relacionamento se torna difícil. Um bom relacionamento se desenvolve quando há confiança, empatia, respeito e harmonia entre as pessoas envolvidas.

A abordagem relacional, apresentada por Donati e Colozzi (2006) não rejeita a contribuição de Olmstead, mas avança na capacidade de observar a qualidade dos vínculos que ligam as pessoas. Ela não centra sua atenção nos indivíduos, nos mecanismos, nas instituições, mas nas relações sociais que se estabelecem entre sujeitos humanos. A abordagem relacional avalia os aspectos invisíveis, porém extremamente reais que ligam as pessoas para cooperarem ou entrarem em conflito em sua convivência social.

Toda relação implica uma troca. Esta tem origem numa relação recíproca entre sujeitos sociais que geram ou atualizam um vínculo, que pode ser percebido como recurso ou como dificultador da própria relação, “a relação familiar deve ser estudada em sua contingência e variabilidade, na capacidade que tem de estabelecer vínculos, constituí-los ou dissolvê-los, onde cada pessoa converge com outras para realizar algum tipo de intercâmbio, para cooperar ou “para conflitar-se”. (DONATI, 2008, p. 37).

O recente estudo de Fornasier et al (2021), retomando a abordagem relacional da família na visão de Donati, identifica as quatro categorias, acima citadas, que convergem na constituição de um pequeno grupo como “família”. Tais fatores podem ser encontrados, de alguma maneira, em todas as formas de família que a antropologia e a etnologia descrevem desde a antiguidade até época recente, ainda que possam ser observadas algumas diferenças na intensidade e nas formas segundo as quais cada um deles converge na constituição da família.

Basta reler as conclusões às quais chega Lévi-Strauss (1983, p.71), ao afirmar: “A família baseada na união mais ou menos duradoura, mas socialmente aprovada, de dois indivíduos de sexos diferente que fundam um lar, procriam e educam os seus filhos, aparece como um fenômeno praticamente universal, presente em todos os tipos de sociedade”. Não se trata de excluir da categoria família as uniões que não possuam todos os caracteres que foram identificados como próprios da família ao longo dos séculos. Na época contemporânea, a legislação da maioria dos

países ocidentais passou a incorporar à noção de família outros tipos de união, que são estudados por núcleos de pesquisa que investigam a família e são legalmente aceitos no contexto da sociedade atual.

As relações familiares, quando são duradouras, tornam-se importantes para o bem estar das pessoas ao longo da vida. Existem vários tipos de relacionamentos familiares — conjugais, intergeracionais e entre irmãos — e essas relações imprimem, dessa forma, uma importante missão influenciando no bem-estar da família e da sociedade e gerando capital humano e capital social, importantes para o desenvolvimento social sustentável.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O estudo acerca do desenvolvimento sustentável, nos permite considerar na visão de Fialho e Cunha (2018), as questões de ordem econômica e também a possibilidade de libertação ampliada dos sujeitos, transmitindo o quão múltiplo pode ser, portanto, o seu conceito. Os autores ainda completam que para a definição do que é desenvolvimento sustentável é preciso antes de tudo refletir nas razões pelas quais o conceito surge e estabelece historicamente, o momento em que tal concepção se torna necessária para definir aspectos da vida do ser humano e sua relação com o mundo que o cerca.

Para Robinson (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como uma tentativa de união entre duas das principais problemáticas internacionais do período: a degradação humana do meio ambiente e o desenvolvimento, em especial de países mais pobres. Lourenço e Carvalho (2013), destacam que o debate sobre desenvolvimento sustentável ganhou maior visibilidade em 1983, quando a Organização das Nações Unidas estabeleceu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também intitulada “Comissão de Brundtland”, em referência a Gro Brundtland, na época primeira-ministra da Noruega e quem presidiu o grupo.

Um dos trabalhos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente foi a publicação, em 1987, do relatório intitulado como “Nosso Futuro Comum”. Lourenço e Carvalho (2013) reforçam que no relatório, a Comissão de Brundtland define o Desenvolvimento Sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.

Labuschagne e Brent (2005) contabilizaram mais de 100 definições de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, no entanto, a maior parte dos conceitos aponta a satisfação dos objetivos sociais, ambientais e econômicos.

A intersecção dos aspectos sociais e ambientais geram a justiça ambiental, sendo ela responsável pela equidade intra e intergerações, tendo como consequência a necessidade de investimentos em educação e treinamento para indivíduos e comunidades. Por último, a intersecção dos aspectos econômicos sociais, que geram a ética empresarial, a forma como a empresa investe e se

relaciona com a sociedade, concedendo tratamento igualitário às pessoas, bem como inserindo os stakeholders nas transações econômicas da empresa (LOURENÇO e CARVALHO, 2013, p. 12).

O que se observa, portanto, é que a situação socioambiental da humanidade nos dias que correm, requer uma revisão nas estratégias que enfocam o desenvolvimento. O crescente aumento dos números da pobreza, aliado às mudanças no contexto econômico, político e social e por consequência das relações familiares, são evidências de que o curso da história necessita de novos caminhos.

Nesse contexto, no que tange à aplicação dos pressupostos e ações que incorporam a noção de desenvolvimento sustentável, vale considerar pois, que apesar das dificuldades encontradas para sua operacionalização, a sustentabilidade expressa hoje um caminho, e uma perspectiva de futuro para a reinvenção das estratégias de progresso social (OLIVEIRA, 2007).

FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A categoria de “desenvolvimento sustentável” tornou-se central na cultura e nos ambientes acadêmico contemporâneos, constituindo um crivo crítico ao qual submeter todas as atividades humanas, para que o desenvolvimento almejado não venha a ser predatório dos bens que são indispensáveis à qualidade do ambiente no presente e que devem permanecer disponíveis para as gerações futuras.

Todas as atividades humanas estão sendo repensadas a partir desta categoria para que seja garantida a sustentabilidade, isto é, a preservação do ambiente e dos recursos para que a convivência social possa progredir, assegurando as melhores condições.

Estão passando por esse crivo crítico a agricultura e os métodos para produzir alimentação saudável e suficientes para alimentar a população mundial, a extração de minérios para regulamentar as alterações que possam ser consideradas toleráveis nos ambientes da extração, a circulação de meios de transporte que queimam combustíveis fósseis e produzem graves consequências na qualidade do ar e no clima do Planeta, as atividades turísticas passam a ser controladas, a maneiras de embalar as mercadorias, a forma de cuidar dos resíduos produzidos especialmente em áreas urbanas, e assim por diante.

A família é um importante fator para o desenvolvimento sustentável, pois segundo Aguirre, Harper e Hawkins (2015), ela é um bem necessário para o desenvolvimento econômico sustentável, portanto, deve ser incluída no desenho das intervenções de desenvolvimento, e deve ser promovida e protegida através de adequadas políticas públicas que podem fortalecer as relações, atualmente expostas a fatores externos e internos que a fragilizam, para que as instituições sejam fortalecidas e para que a redução da pobreza seja alcançada. No geral, os autores encontraram em suas pesquisas, evidências estatisticamente significativas sugerindo que as famílias, constituídas através do casamento, são as que mais contribuem para a geração de

capital humano e social e, ao mesmo tempo, constataram que os detratores do capital humano e social são reduzidos por fortes estruturas familiares.

A sociedade globalizada sofre uma grande perda de virtudes sociais, quer na esfera privada, quer na pública: corrupção, agressividade, violência, entre outras coisas. Observa-se certa degradação da esfera pública e do bem comum, além de tendências a reduzir a capacidade educativa das famílias, sempre mais absorvidas pelas necessidades do trabalho (PETRINI e DIAS, 2013).

CONCLUSÃO

Observando a extensão das categorias de sustentabilidade e de desenvolvimento que mobilizam governos e instituições de âmbito nacional e internacional com pautas de grande relevância para repensar modos de agir e de conviver na sociedade atual, foi percebida uma lacuna na investigação da família e de sua importância para contribuir para uma sociabilidade mais cooperativa e solidária, mais capacitada para promover a paz e o diálogo e o desenvolvimento sustentável.

Identificamos a família como um fator que pode contribuir de maneira substantiva para essa finalidade. Mas, diante do pluralismo ético e cultural que caracteriza nosso tempo, bem como da radicalização do processo de individualização e da transformação das relações afetivas em relações líquidas, é necessário aprofundar o conhecimento das dinâmicas familiares e das condições para que as famílias partilhem as metas do desenvolvimento sustentável advogadas ardorosamente por organismos públicos e privados. Não se trata de elaborar novas normativas que retirem algumas das liberdades que as pessoas e as famílias foram conquistando nas últimas décadas. Trata-se, sim, da difusão de conhecimentos que podem inspirar ou orientar condutas mais adequadas e livremente assumidas, o que é importante para o bem-estar da família e relevante para sustentabilidade do desenvolvimento social.

A família, descrita na primeira parte do presente estudo, tem sido o lugar fundamental da socialização e da educação das novas gerações. Com efeito, através dela é transmitida não apenas a vida, mas o seu significado, o conjunto de valores e critérios de orientação da conduta, que fazem perceber a existência como digna de ser vivida, em vista de uma participação positiva na realidade social (PIAGET, 1996). É por meio dela que a criança faz a experiência de ser acolhida e amada. Ela experimenta a positividade de pertencer a pai e mãe, não como objeto, mas como pessoa, no respeito e no diálogo, em contexto afetivo (BOWLBY, 1984). Assim, aprende a conviver com a diferença (sexual, de idade, de temperamento, etc.) como algo positivo, educando-se a viver relacionamentos interpessoais de colaboração, serviço recíproco, tolerância, indispensáveis para o bem-estar da família e para a convivência na sociedade mais ampla.

A família segundo Sannicola (1990), constitui uma rede de solidariedade, mais ou menos sólida, quase sempre eficaz para oferecer os cuidados necessários a seus membros, especialmente quando apresentam limitações temporária ou permanente, como nos casos de crianças e idosos ou nos casos de enfermidades físicas e psíquicas ou, ainda, de desemprego. Nela forma-se a confiança, tão decisiva nas relações interpessoais, comunitárias e sociais. Economistas reconhecem a crise de confiança como uma das causas da atual crise econômica mundial e uma das dificuldades para superá-la. Outros chegam a afirmar a confiança como uma chave para se compreender as origens e a natureza do desenvolvimento (PEYREFITTE, 1999).

No ambiente familiar florescem práticas de serviço para construir o bem comum, os hábitos de dar atenção aos mais frágeis e vulneráveis, de cooperar em tarefas no cotidiano, de cuidado com necessidades emergentes. Nesse contexto, vão sendo educados os membros da família e, em especial, as novas gerações para uma sociabilidade positiva e proativa, necessária para o desenvolvimento sustentável da sociedade mais ampla nas suas diversas esferas.

Nesse sentido, a família é o lugar onde são treinadas as atitudes necessárias para que a convivência seja mais humanizada e a sociabilidade mais proativa, caracterizadas pela cooperação e pela solidariedade entre seus membros. Quando, pelo contrário, as relações familiares adquirem as características da contingência, da precariedade, seguindo modelos onde tudo é negociado em função da busca da maior autorrealização individual, tendem a consumir e não criar capital humano e social. Por isso, a família contribui para o bem-estar da sociedade e deve ser levada em consideração quando se pensa o desenvolvimento integral da sociedade e seu desenvolvimento sustentável.

Entendemos assim que respondemos à questão norteadora desse trabalho que se refere às características das relações familiares que favorecem a sustentabilidade social, esperando que novos estudos contribuam para o aprofundamento dessa temática tão relevante.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, M. S.; HARPER, L. e HAWKINS, S. **Family structure's effects on social capital and human capital in Guatemala**. In: AIXENDRE, M.G.; CAVALLOTTI, R. Family and sustainable development. Thomson Reuters, 2015. Available in: https://www.researchgate.net/publication/311512635_Maria_Sophia_Aguirre_Lauren_Harper_and_Samantha_Hawkins_Family_Structure's_Effects_on_Social_Capital_and_Human_Capital_in_Guatemala_in_Family_and_Sustainable_Development_Montserrat_Gas_and_Aixendri_Ri

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo. S.P., Editora Martin Claret, 2003.

BOWLBY, J. **Apego e perda**. São Paulo: Martins Fontes, 1984; DOR, J. O pai e sua função em psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1991; EMDE, R. A experiência relacional da criança: linhas de força para o desenvolvimento e esperança para o futuro.

In: GOMES-PEDRO, J.; PATRÍCIO, M.F. (Coord.) *Bebê XXI: criança e família na virada do século*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.

CARVALHO, A. B. **Políticas Públicas para a Família e a Paternidade: Estratégia Para o Desenvolvimento Sustentável**. In.: Anais da XIX Semana de mobilização científica da Universidade Católica do Salvador, 2016.

DONATI, P. **Família no Século XXI: abordagem relacional**. Editora Paulinas, São Paulo, SP., 2008.

DONATI, P. COLOZZI, I. (ORGs.) **Il Paradigma Relazionale nelle scienze sociali: le prospettive sociologiche**. Bologna: Il Mulino, 2006.

DONELLA, H. et al. **The Limits of Growth**. New York: MIT Press, 1972.

EHRlich, P. **The Population Bomb**. New York: Ballantine Books, 1968.

EHRlich, P.; EHRlich, H. **The Population Explosion**. New York: Simon and Shuster, 1990.

ELDER Jr. G.H., JOHNSON, M.K. CROSNÖE, R. **The emergency and development of life course theory**. Handbooks of Sociology and Social Research, 2003. Available In: https://www.academia.edu/14619554/The_Emergence_and_Development_of_Life_Course_Theory, Access in: 13 de outubro de 2022.

FIALHO, R. e CUNHA, E. **Sustentabilidade e afeto: a Dimensão afetiva da Sustentabilidade na família**, *Revista de Sociologia*, São Paulo, V. 13, No 4: 313-333, 2018.

FORNASIER, R. C. (ORG.). **Família e pobreza. Abordagem relacional da família**. São Paulo: Dialética, 2021.

GUNAY, G.; OGUZ, A. **Desenvolvimento Sustentável da Família para a sociedade**. *Revista Mediterrânea de Ciências Sociais*. Karabuk/Turquia, v. 3, n. 5, p. 113-120, mar. 2012.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994. p.11; CHINOY, E. *Sociedade: uma introdução à sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1993. p.203.

LABUSCHAGNE, C.; BRENT, A. C.; CLAASEN, S. J. **Environmental and social impact considerations for sustainable project life cycle management in the process industry**. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, n. 12, p. 38-54, 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. **O olhar distanciado Perspectiva do Homem**. (Título original: *Le Regard Éloigné*). Paris: Librairie Plon, 1983). Lisboa: Edições 70, 1983.

LOURENÇO, M. L.; CARVALHO, D. **Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável**. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v. 12, n. 1, p. 9-38, 2013.

LUSWATA, Albert. **Centrality of the Family in the Pursuit of Sustainable Development**. *Journal of Development Studies*, 2 (1) (2012).

- MICHAELIS. **Dicionário on line**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>, Acesso em 14 de outubro de 2022.
- MOREIRA, L. V. de C. **Relações Familiares**. V. 2. Curitiba: CRV, 2016.
- MOREIRA, L. V. de C.; PETRINI, G. **Relações e Políticas Familiares**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.
- OLIVEIRA, C. M. **Desenvolvimento sustentável: uma discussão ambiental e social**, III jornada internacional de políticas públicas São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.
- OLMSTED, M.S. **El pequeño grupo**. Buenos Aires, Editorial Paidós, 1963.
- PETRINI, J.C. **Pós-modernidade e Família**. Um itinerário de compreensão. Bauru: EDUSC, 2003.
- PETRINI, J.C. & DIAS, Marcelo, C. **Família no debate cultural e político contemporâneo**. São Paulo: Loyola.
- PEYREFITTE, A. **A sociedade de confiança: ensaio sobre as origens e a natureza do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Topbooks, Instituto liberal, 1999.
- PIAGET, J. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977; PIAGET, J. **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996
- ROBINSON, J. **Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development**. *Ecological Economics*, v. 48, n. 4, p. 369-384, 2004.
- SANNICOLA, L. **(A cura di): L'intervento di rete**. Napoli: Liguori, 1994.
- THOMAS, P. A. LIU, H. In: **Family Relationships and Well-Being**. *Innovation in Aging*, 2017, Vol. 1, No. 3, 1–11, November 11, 2017. Available in: https://www.researchgate.net/publication/321014662_Family_Relationships_and_Well-Being, Access in: 14 de outubro de 2022.
- TUPY, M. e POOLEY, G. **Superabundance: The Story of Population Growth, Innovation, and Human Flourishing on an infinitely Bountiful Planet**. Washington: Cato Institute, 2022.